

O TRABALHO NA AGRICULTURA BRASILEIRA

Diego Tacono Pastrello (PIBIC/CNPq/FA/Uem), Marina Silva da Cunha
(Orientadora), e-mail: ra106840@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Sociais Aplicadas e
de Ciências Econômicas, Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento: Mercado de trabalho: Política do governo

Palavras-chave: Trabalho, Setor Agrícola, Brasil.

Resumo: Essa pesquisa de iniciação científica tem como objetivo estudar o trabalho na agricultura brasileira, no período recente. São utilizadas informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sobre o mercado de trabalho. Verificou-se a redução do pessoal ocupado durante o período junto ao crescimento da produtividade, valor da produção e área dos estabelecimentos dos segmentos familiar e não familiar, percebeu-se uma expansão maior da agropecuária na região Norte e Centro-Oeste do que nas regiões Sul e Sudeste, enquanto se constatou redução no Nordeste.

Introdução

A economia brasileira vem passando por uma mudança estrutural, que vem reduzindo a parcela da população ocupada no setor agrícola. Conforme Silva *et al.* (2016), em 2011, os empregos no setor de serviços representavam 63,7% do total, na indústria 20,1% e na agricultura 16%, já em 1950, esses valores correspondiam a 19,1%, 16,4% e 64,3%, respectivamente. Esse fato está de acordo com o processo de desenvolvimento de uma economia, de predominância do emprego primeiro no setor agrícola, depois com aumento no setor industrial e na sequência no de serviços.

Adicionalmente, a partir do início do século XXI, a economia brasileira sofreu os reflexos, em 2008, da crise econômica iniciada nos Estados Unidos e da crise política e econômica, a partir de 2013, com redução mais intensa de seu ritmo de crescimento. Segundo o IBGE, em 2014, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro teve um desempenho muito fraco, registrando 0,1% de aumento, em relação ao ano de 2013. Essa situação se agravou ainda mais em 2015, quando o Brasil apresentou uma taxa de variação negativa no PIB na ordem de 3,8%. Por sua vez, o mercado de trabalho brasileiro sofreu esses efeitos, na geração tanto de emprego quanto de renda. Nesse contexto de reestruturação produtiva e de crise econômica, o presente trabalho de pesquisa busca contribuir com essa discussão analisando as ocupações do setor agrícola brasileiro, no período mais

recente e também observar as mudanças no valor da produção, produtividade e área utilizada pelos estabelecimentos agropecuários durante o período dos censos.

Materiais e métodos

O trabalho utiliza tanto uma análise qualitativa quanto quantitativa, com base em informações da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e dos censos agropecuários referentes aos anos de 2006 e 2016.

Resultados e Discussão

Considerando as informações dos Censos Agropecuários do IBGE, em 2006, havia 16.568.205 postos de trabalho na agropecuária brasileira e, em 2016, um total de 15.105.125 postos de trabalho. Assim, verifica-se queda no total de pessoas ocupadas com a agropecuária em 8,83%, representando 1.463.080 postos de trabalho. Essa queda é devida especialmente ao segmento familiar, com a redução de 17,91% ou 2.207.551 trabalhadores, sobrepondo o crescimento de 17,54% do segmento não familiar, com 744.471 novos postos de trabalho. Nos dois anos analisados, os postos de trabalho são predominantemente do segmento familiar, com 74,4% e 67,0%, respectivamente. Por outro lado, ainda com a menor parcela dos ocupados, o segmento não familiar apresenta crescimento na participação total, de 25,6% para 33% ao final do período analisado.

Portanto, foi possível observar que a tendência de redução da mão de obra do setor agrícola, já observada na literatura (DEL GROSSI; 2018, CARDOSO; CUNHA, 2018) se mantém. Adicionalmente, notou-se que essa redução decorre da parcela da mão de obra familiar, enquanto a não familiar se amplia, porém em menor magnitude, o que não permitiu mudar a dinâmica do mercado de trabalho da agricultura brasileira. Além disso, regionalmente ainda se pode destacar crescimento nos dois segmentos nas regiões Norte e Centro-Oeste.

A produção agrícola brasileira em 2006 era de R\$ 314.912.432,8 mil¹ e passou a ser de R\$ 465.105.915 mil. Segmentando, a agropecuária não familiar deteve 66,77% da produção do mercado e em 2016 passou a deter 77,10%. A variação de 150.193.482,20 mil R\$ apresentada durante o período, 98,77% da variação total foi responsável pelo segmento não familiar.

A produtividade do trabalho em 2006 se encontrava em 19,01 e em 2016 saltou para 30,79. Pode-se justificar esse incremento devido ao aumento do valor da produção brasileira associado a uma redução do total do pessoal ocupado. Assim, verifica-se no Brasil aumento do valor da produção junto a uma redução do pessoal ocupado, ou até mesmo um aumento em menor

¹ Devidamente deflacionado para o ano de 2017, através do índice geral de preços – disponibilidade interna (IGP-DI) fornecido pelo IPEA.

proporção se comparado à produção, assim gerando um aumento da produtividade com destaque para o Norte e Centro-Oeste. Já no Nordeste, que apesar de ter sido a região em que houve as maiores quedas relativas de produção, apresentou incremento da sua produtividade, o que está de acordo devido à queda intensa do pessoal ocupado.

Com relação ao uso do solo, percebem-se algumas alterações nesse período. Primeiro de grande expansão na área ocupada no Norte do país, uma redução significativa no Nordeste e ainda uma expansão, ainda que modesta, no Sudeste, Sul e Centro-Oeste. No Sul e Sudeste há duas exceções, São Paulo e Paraná, que apresentaram redução da área total dedicada à agropecuária.

Em uma análise regional, verifica-se que o Norte apresentou crescimento da produtividade junto à expansão das terras de seus estabelecimentos. Por outro lado, o Nordeste apresentou em ambos segmentos, reduções das terras utilizadas com fins agropecuários. O Sul vem reduzindo sua área destinada a agropecuária familiar e apresentando expansões na não familiar, sempre acompanhado de ganhos de produtividade. O Centro-Oeste, excluindo o Distrito Federal, maior agroexportador brasileiro, teve um aumento de 88,13% produtividade do trabalho.

Conclusões

No Brasil foi possível verificar de 2006 e 2016 que ocorreu uma redução do pessoal ocupado, um aumento do valor da produção e, portanto, aumento da produtividade do trabalho, associado a um aumento da área explorada dos estabelecimentos agropecuários. Adicionalmente, destaca-se que a mão de obra familiar, que representa a maior parcela da mão de obra da agropecuária brasileira, apresentou uma redução durante o período, já a parcela da mão de obra não familiar teve crescimento no mesmo período. Regionalmente se destaca a região Norte, onde tanto o segmento familiar quanto o não familiar se expandiu, nas demais regiões houve a redução da mão de obra familiar e incremento da não familiar.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer ao CNPq pela bolsa de iniciação científica.

Referências

BALSADI, O., DEL GROSSI, M. E. Trabalho e emprego na agricultura brasileira um olhar para o período 2004–2014. **Revista de Política Agrícola**, v. 25, n. 4, p82-96 2016.

CARDOZO, D., CUNHA, M. Salários e emprego no mercado de trabalho formal agrícola brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, v. 27 n. 3, p-17-32, 2018.

GASQUES, J. G.; BACCHI, M. R. P.; RODRIGUES, L.; BASTOS, E. T.; VALDE, C. **Produtividade da agricultura brasileira: a hipótese da desaceleração.** Texto para discussão no. Xxxx, 20xx,

SILVA, C. M.; MENEZES FILHO, N. KOMATSU, B. *Uma abordagem sobre o setor de serviços na economia brasileira.* INSPER, Centro de Políticas Públicas, n. 19, ago., 2016.